



# PREFEITURA DE SÃO PAULO

**MINUTA DE EDITAL PADRÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto  
Municipal 62.100/2022**

**EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90447/2026**

**PROCESSO: 6018.2025/0007715-4**

**CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – Gabinete (925003)**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, fornecimento mensal de insumos e acessórios descartáveis e manutenção corretiva e preventiva durante todo o período contratual, para os hospitais municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo II deste Edital.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/05/2026 às 10h00m**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (NÃO)**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO**

**FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO**

**COMISSÃO/PREGOEIRO DESIGNADO**

**5ª CPL/SMS – DAYANE ALVES DA SILVA SANTOS**

**E-mail: [dayanealves@prefeitura.sp.gov.br](mailto:dayanealves@prefeitura.sp.gov.br)**

**Tel: (11) 5461-8928**



# PREFEITURA DE SÃO PAULO

## ÍNDICE

### I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1 Embasamento Legal;
- 2 Objeto;
- 3 Condições de participação;
- 4 Acesso às informações;
- 5 Impugnação do Edital;
- 6 Apresentação de Propostas e Preços;
- 7 Abertura da Sessão e Classificação Inicial da Proposta de Preços;
- 8 Etapa de Lances;
- 9 Modo de disputa aberto e fechado;
- 10 Julgamento;
- 11 Habilitação;
- 12 Fase Recursal;
- 13 Adjudicação e Homologação;
- 14 Condições do ajuste e garantias para contratar;
- 15 Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 16 Condições de recebimento e pagamento;
- 17 Disposições Finais;

### II ANEXOS

- |                    |   |
|--------------------|---|
| <b>ANEXO I:</b>    | Minuta do Contrato  |
| <b>ANEXO II:</b>   | Termo de Referência   |
| <b>ANEXO II-A:</b> | Acordo De Nível De Serviço (ANS) - Formulário de Avaliação de ANS.  |
| <b>ANEXO III:</b>  | Modelo de Proposta de Preços  |
| <b>ANEXO IV:</b>   | Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a<br>Fazenda do Município de São Paulo |
| <b>ANEXO V:</b>    | Modelo de Declarações   |
| <b>ANEXO VI:</b>   | Critérios para Análise Econômico-Financeira.  |
| <b>ANEXO VII:</b>  | TERMO DE RECEBIMENTO DO EQUIPAMENTO   |

## **PREÂMBULO**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, sediada na Rua Siqueira Campos, 172 – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço, objetivando a prestação de serviços descrita(s) na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925003 PMSP-SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **10:00 h. do dia 26/05/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://e-negociosidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – **PMSP-SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**.

### **1 EMBASAMENTO LEGAL**

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

### **2 OBJETO**

**2.1** O presente pregão tem por objeto a prestação de serviços de **Contratação de empresa especializada em locação de APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, fornecimento mensal de insumos e acessórios descartáveis e manutenção corretiva e preventiva durante todo o período contratual, para os hospitais municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**2.2** Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste edital.

### **3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

#### **3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:**

**a)** atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**

– SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) – Certificado Digital ICP-Brasil.

- a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.
- b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c) **não** estejam sob processo de falência;
- c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;
- d) **não** estejam constituídas em forma de consórcio;
- d.1) O objeto aqui pretendido, não se caracteriza como de grande complexidade, exigindo das empresas a somatória de capacidade técnica, econômico-financeira e Know-how para o seu atendimento, sendo que o mercado demonstra ampla disponibilidade de fornecedores/prestadores de serviços que, individualmente, detêm condições de participar do procedimento licitatório atendendo à finalidade da obtenção da melhor relação custo-benefício que atenda às necessidades da Administração.
- e) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta
- f) **não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):
  - f.1) **pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.**
  - f.2) **aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;**
  - f.3) **pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.**
  - f.4) **Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que**

possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**f.4.1)** As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**f.5)** Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

**3.2** As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

**3.2.1** Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.1.1** A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.2.1.2** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

**3.3** Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

**3.4** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula "1" deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integram o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

## **4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**4.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico [dayanealves@prefeitura.sp.gov.br](mailto:dayanealves@prefeitura.sp.gov.br).

- 4.2** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

## **5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

- 5.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, [dayanealves@prefeitura.sp.gov.br](mailto:dayanealves@prefeitura.sp.gov.br), em seu corpo ou documento anexo.

- 5.1.1** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a)** do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

- 5.2** Caberá ao pregoeiro contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

- 5.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

- 5.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

- 5.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

- 5.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

- 5.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

## **6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 6.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, com o **VALOR DO PREÇO ANUAL**, com 2 (duas) casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

- 6.1.1** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

- 6.1.2** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.
- 6.1.3** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 6.1.4** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.1.5** Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 6.1.6** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 6.1.7** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 9.3. deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo III deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 6.1.8** A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.
- 6.1.9** **Para aferição preliminar da compatibilidade do serviço ofertado frente solicitado, deverá ser apresentado juntamente com a Proposta de Preços (Anexo III) e os documentos de habilitação relacionados no (item 11), ao ser solicitado pelo Pregoeiro, os seguintes documentos:**
- a)** Apresentar PROPOSTA DE PREÇOS, que para isso utilizará como base o MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL, ANEXO III do EDITAL. Descrição clara do equipamento ofertado, incluindo marca, modelo, fabricante e número de registro ou situação regulatória na ANVISA.
  - b)** Comprovação da regularidade perante a ANVISA: cópia do Registro, Isenção, Notificação ou Cadastramento; ou declaração fundamentada de isenção de controle sanitário. Se o registro estiver vencido, apresentar protocolo de revalidação.;
  - c)** Catálogo técnico e ficha técnica detalhada em língua portuguesa, com itens ofertados claramente assinalados. Documentos em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução;

**d)** Proposta com marca, modelo, registro ANVISA (quando aplicável) e valor unitário de cada item. Propostas que não atenderem integralmente ao descritivo técnico serão automaticamente desclassificadas;

- 6.1.10** O preço máximo admitido do presente processo licitatório é sigiloso, nos termos do art. 13 da Lei nº 14.133/21 e do Art. 24 inc. II e serão informados pelo sistema COMPRASGOV, somente após o final da conclusão do certame.
- 6.1.11** O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato.
- 6.1.12** Ademais, a outros diversos motivos, com base na proteção do processo competitivo e na preservação da igualdade entre os participantes, que incluem:
- 6.1.12.1** Prevenção de Colusão ou Cartelização: Divulgar os preços antes da fase de abertura pode induzir práticas anticompetitivas, como acordos de preços entre os licitantes. O sigilo evita que os concorrentes ajustem suas propostas com base nas ofertas de outros, garantindo uma competição mais justa.
- 6.1.12.2** Garantia de Competição Justa: Ao manter os preços sigilosos, assegura-se que todos os participantes apresentem propostas baseadas em sua própria capacidade de negociação e planejamento, sem influências externas. Isso evita que os licitantes adotem estratégias de "ajuste" de preços, o que pode prejudicar o processo licitatório.
- 6.1.12.3** Proteção do Interesse Público: A divulgação antecipada de preços pode prejudicar a negociação e o poder de compra do órgão público, fazendo com que os licitantes aumentem os preços ou ajustem suas ofertas para se alinhar ao valor previamente divulgado. O sigilo protege o melhor interesse da Administração Pública.
- 6.1.12.4** Respeito ao Princípio da Igualdade: Manter o sigilo dos preços antes da fase de abertura garante que todos os participantes tenham o mesmo tempo e oportunidade para apresentar suas propostas, evitando favorecimento de qualquer licitante.
- 6.1.12.5** Prevenção de Estratégias de "Preço Vencedor": Ao esconder o preço, evita-se que os licitantes ajustem suas ofertas para alcançar o preço de um concorrente potencialmente vencedor, o que poderia desequilibrar a concorrência e prejudicar o interesse público.



**6.1.12.6** Conformidade com a Legislação: Em muitos casos, a legislação que regula as licitações, como a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), prevê que os preços devem ser mantidos em sigilo até a fase de abertura, como parte de um processo transparente e imparcial.

**6.1.13** Essa estratégia visa garantir que o processo licitatório seja conduzido de forma justa e eficiente, respeitando os princípios constitucionais da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## **7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**7.1** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

**7.2** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

**7.3** Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, que permitam a sua identificação;

**7.4** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

**7.5** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

**7.6** Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

## **8 ETAPA DE LANCES**

**8.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

**8.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

**8.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,01% (um centésimo por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

- 8.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.8** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:
- 8.8.1** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
- 8.8.2** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 8.8.3** Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.
- 8.8.4** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 8.9** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado
- 8.10** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 8.11** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.
- 8.12** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.
- 8.13** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.
- 8.14** O licitante mais bem classificado deverá, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado, bem como os **documentos de Habilitação TÉCNICA, JURÍDICA e ECONÔMICA**, constantes nos itens 6.1.9 e seguintes e item 11.1 e seguintes deste edital.
- 8.15** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**
- 9.1** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 9.2** No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos.
- 9.3** Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.4** Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.4.1** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 9.5** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.
- 10 JULGAMENTO**

- 10.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL POR LOTE**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 10.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.
- 10.3** É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 10.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 10.5** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.
- 10.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 10.7** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos.
- 10.8** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 10.9** Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.
- 10.10** Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.
- 10.11** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

**10.12** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

## **11 HABILITAÇÃO**

**11.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

**11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.

**11.2.1** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

**11.2.2.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no nos itens 6 e 11 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

**11.2.3** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

**11.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

**11.4** Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

**11.5** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

### **11.5.1 Habilitação jurídica:**

- a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

- e) Licença de Funcionamento / Alvará Sanitário vigente (empresa proponente e fabricante/detentor do registro).
- f) Comprovar através de cópia, a Autorização de Funcionamento (AFE), da empresa proponente, emitida pelo órgão competente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA – MS, quando exigível.

**11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
- d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

**11.5.2.1** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

**11.5.3 Qualificação econômico-financeira:**

- a) Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica **em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame,** se outro prazo não constar do documento.
- a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais,** já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

- b.1)** Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;
- b.2)** Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
  - b.2.1)** Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
  - b.2.2)** As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;
  - b.2.3)** Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- b.3)** Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no ANEXO VI deste Edital, observada a norma do subitem **b.4**).
- b.4)** A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no subitem **b.3**) será habilitada desde que tenha **Patrimônio Líquido** ou **Capital Social** equivalente a 5% (cinco por cento) do valor médio anual estimado da contratação.

**11.5.4 Qualificação técnica:**

- a)** Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a prestação anterior de serviços compatíveis com o objeto (admite-se somatório de atestados para quantitativos mínimos de até **30% da execução**).
- a.1)** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.
- b)** Certidão de Responsabilidade Técnica de Pessoa Jurídica, atualizada (emitida nos últimos 30 dias), emitida pelo CREA, indicando o profissional responsável técnico pela empresa.
- c)** Certidão de Registro da Empresa, atualizada (emitida nos últimos 30 dias), emitida pelo CREA.
- d)** Certidão de Responsabilidade Técnica do Profissional, atualizada (emitida nos últimos 30 dias), emitida pelo CREA, indicando a empresa na qual exerce responsabilidade técnica.



- e) Certidão de Registro do Profissional, atualizada (emitida nos últimos 30 dias), emitida pelo CREA.

**11.5.5 Outros Documentos:**

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

**11.5.5.1** As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

**11.6** A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

**11.6.1** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 6 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

**11.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

**11.6.3** Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.



- 11.6.4** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.6.4.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 11.6.4.2** **Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante**
- 11.6.5** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
- 11.6.6** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 11.6.7** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 11.6.8** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:
- a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
  - b)** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
  - c)** Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico [https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui.aspx/sancoes.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx);
  - d)** Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos\\_e\\_servicos/empresas\\_punidas/index.php?p=9255](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255);
  - e)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- 11.6.8.1** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.
- 11.9** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 11.9.1** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

- 11.9.1.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.
- 11.9.2** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.
- 11.9.3** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.
- 11.9.4** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 11.9.3** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

## **12 FASE RECURSAL**

- 12.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
- 12.3** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

- 12.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 12.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 12.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

### **13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 13.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14 PREÇO, REAJUSTE E DOTAÇÃO**

- 14.1** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 14.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 14.3** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do contrato.
- 14.3.1.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/17, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 14.3.1.1.** Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 13.3.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 14.3.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a

partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

- 14.3.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 14.3.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 14.3.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 14.3.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.3.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.
- 14.3.8.** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.
- 14.3.9.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 14.4** Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação nº **84.10.10.302.4016.2.507.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0** e **84.10.10.302.4016.4.107.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0**, do orçamento vigente.

## **15 CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR**

- 15.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo I deste Edital.
- 15.2.** Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.
- 15.2.1** Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada **não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL**, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.
- 15.2.2** A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá

providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

- 15.2.3** Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.
- 15.2.4** **Da contratação de pessoas em situação de rua.** Nos termos da Lei Municipal nº 17.252/19 e da Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDDET/SMDHC nº 1/2024, na hipótese de contratação de serviços contínuos com prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias em que sejam abertas pelo menos 50 vagas de trabalho, deverá ser observada a cota mínima de 2% das vagas de trabalho para a contratação de pessoas em situação de rua. Em tais hipóteses, No período entre a convocação para entrega de documentos e o prazo limite de 5 (cinco) dias úteis após a celebração do contrato, a adjudicatária deverá comunicar a exata quantidade e o perfil dos postos de trabalho destinados à população em situação de rua que serão gerados no contrato firmado, observando o procedimento previsto na Instrução Normativa Conjunta supramencionada ou em ato normativo que vier a substituí-la.
- 15.3** O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital.
- 15.3.1** O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 15.3.2** O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- 15.3** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.
- 15.3.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.
- 15.3.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/e> <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

**15.3.3** Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

**15.4 DA SUBCONTRATAÇÃO E GARANTIA PARA CONTRATAR**

- a) **não** poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;
- b) deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.
- c) deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

**16 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES**

**16.1** A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo I) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.

**16.1.1** O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Anexo III deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

**16.1.2** O prazo de vigência da **contratação é de 12 meses**, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que haja concordância das partes, a CONTRATADA haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - Anexo I deste Edital.

**16.3.1** Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

**16.3.2** Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

**16.3.3** A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

**16.3.4** Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutive,

consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

**16.4** A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

**16.5** Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

## **17 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**17.1** As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

**17.2** Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal 62.100/22, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

## **18 PENALIDADES**

**18.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21.

**18.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

**18.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

**18.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

**18.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 19.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a



depende da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

- 18.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 18.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- 18.4.2** Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, ou que a execução tenha sido considerada não a contento pela fiscalização do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 18.4.3** Multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o preço mensal, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- 18.4.4** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 18.4.5** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do equipamento não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.
- 18.4.5.1** No caso de atraso por período superior a 19 (dezenove) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 18.4.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 18.5** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à SMS/SEGA/CAS/DI/DIVISÃO DE CONTRATOS, e protocolizado nos dias úteis, das 8 às 17 horas.
- 18.6** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
- 18.7** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.



- 18.8** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 18.9** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.
- 19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 19.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 19.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 19.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 19.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 19.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21
- 19.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do

certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

- 19.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 19.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 19.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 19.12** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 19.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 19.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.
- 19.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 19.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 19.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico (Painel de Negócios), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP
- 19.18** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 19.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Painel de Negócios.
- 19.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 19.21** O licitante vencedor deverá, **caso nunca tenha fornecido à PMSP anteriormente**, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da homologação do certame, encaminhar aos cuidados do pregoeiro responsável por e-mail: dayanealves@prefeitura.sp.gov.br, os documentos relacionados abaixo, para que seja providenciado o cadastro da empresa junto à Secretaria de Finanças – SF, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 19.3 deste Edital:

**19.22** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 09 de maio de 2026.

**Dayane Alves da Silva Santos**

Presidente da 5ª CPL/SMS

Portaria Nº 614/2025/SMS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº**

**TERMO DE CONTRATO Nº XXXXX/2026/SMS-1/CONTRATOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90447/2026**

**PROCESSO Nº:** 6018.2025/0007715-4

**CONTRATANTE:** PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

**CONTRATADA:** XXXX

**OBJETO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM **LOCAÇÃO DE APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO**, CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, **FORNECIMENTO DE INSUMOS E ACESSÓRIOS** DESCARTÁVEIS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA PARA OS HOSPITAIS MUNICIPAIS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.

**VALOR MENSAL ESTIMADO (Locação):** R\$ XXXX (XXXX)

**VALOR MENSAL ESTIMADO (Insumos):** R\$ XXXX (XXXX)

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ XXXX (XXXX)

**NOTA DE EMPENHO Nº:** XXXX/2026 no valor de R\$ XXXX  
XXXX/2026 no valor de R\$ XXXX

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** XXXX

O **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ nº 13.864.377/0001-30, neste ato representada por seu Secretário Municipal da Saúde, Senhor **LUIZ CARLOS ZAMARCO**, nos termos da competência que lhe foi delegada, doravante designada como **CONTRATANTE** e a empresa ....., CNPJ nº....., com sede na ..... nº....., bairro....., cidade....., neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a) ....., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em face do despacho autorizatório exarado em documento SEI nº xxxxxxxx do processo nº 6018.2025/0007715-4, publicado no DOC/SP de XX/XX/2026 – página XX, resolvem firmar o presente contrato, objetivando a prestação de serviços discriminados na cláusula primeira, nos termos do art. xxxxxxxx e em conformidade com o ajustado neste instrumento.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** de serviços de **LOCAÇÃO DE APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO, CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL, FORNECIMENTO DE INSUMOS E ACESSÓRIOS DESCARTÁVEIS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA PARA OS HOSPITAIS MUNICIPAIS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.**
- 1.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes no Edital de Licitação nº XXX/2026 e seus Anexos, que é parte integrante do presente instrumento, em especial o ANEXO I – Termo de Referência.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 2.1. A prestação dos serviços será executada nas Unidades Hospitalares indicadas a seguir:

**a) HMCC – Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio**

Av. Celso Garcia, 4815 – Tatuapé – SP

**b) HMAcN - Hospital Municipal Prof. Dr. Alípio Correa Neto**

Al. Rodrigo de Brunn, 1989 – Ermelino Matarazzo – SP

**c) HMFMPR - Hospital Municipal Prof. Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha**

Estrada da Itapecerica, 1661 – Campo Limpo

**d) HMARS - Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro Saboya**

Rua Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 860- Jabaquara

**e) HMIPG – Hospital Municipal Dr. Ignacio Proença de Gouvea**

Rua Juventus, 562 – Mooca

**f) HMJSH – Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria**

Rua: Menotti Laudísio, 100 – Pirituba

**g) HMWP - Hospital Municipal Prof. Dr. Waldomiro de Paula**

R. Augusto Carlos Bauman, 1074 - Itaquera, São Paulo

**h) HMTS - Hospital Municipal Tide Setúbal**

Rua Dr. José Guilherme Eiras, 123 - São Miguel Paulista – São Paulo.

**i) HMMD - Hospital Municipal e Maternidade Mário Degni**

Rua Lucas de Leide, 257 – Rio Pequeno – SP

**j) HMAZ - Hospital Municipal Alexandre Zaio**

Rua Alves Maldonado, 128 – Vila Nhocuné

**k) HMBM – Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro**

Rua: Antonio Lazaro, 226 - Jardim Iva - São Paulo –SP

**l) HMEC – Hospital Municipal e Maternidade Escola Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva**

Avenida Deputado Emílio Carlos, 3100 – Vila Nova Cachoeirinha – São Paulo – SP

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL**

- 3.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que haja concordância das partes, a **CONTRATADA** haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.
- 3.1.1. Caso a assinatura do contrato ocorra de forma eletrônica, considera-se como data de assinatura a data da última assinatura digital.
- 3.2. **As entregas, instalações, testes de funcionamento e treinamento operacional deverão ocorrer em até 40 (quarenta) dias úteis a contar da emissão da Ordem de Início, a qual deverá ser assinada e devolvida ao Setor de Engenharia Clínica em até 02 dias úteis a contar da data de sua emissão.**
- 3.2.1. A entrega e instalação dos equipamentos deverão seguir todas as recomendações da instituição, incluindo agendamento prévio com 03 (três) dias de antecedência.
- 3.3. **As entregas mensais dos insumos e acessórios descartáveis** deverão ocorrer sempre até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.
- 3.4. Caso a **CONTRATADA** não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.
- 3.5. Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100/2022, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.
- 3.6. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.
- 3.7. Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE**

- 4.1. O valor **total estimado** dos serviços contratados é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx)**, sendo o **valor mensal estimado de locação de R\$ xxx (xxx)** e o **valor mensal estimado de insumos de R\$ xxx (xxx)**, nele estando incluídos todos os custos e a margem de lucro da **CONTRATADA**, que nada mais poderá reclamar a título de contraprestação pela execução de suas obrigações contratuais, nos termos da Proposta da **CONTRATADA** sob documento SEI nº **XXXX**, que é parte integrante do presente instrumento.
- 4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em

conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela **CONTRATANTE à CONTRATADA**.

- 4.3. Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº **XXXX**, no valor de **R\$ XXXX (XXXX)**, onerando a dotação orçamentária nº **XXXX** do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.
- 4.4. Os valores contratados poderão ser alterados em virtude de superveniência de tributos ou encargos legais ou disposições legais com repercussão sobre os preços contratados, conforme artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 4.5. Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial **a data do orçamento estimado**, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.
  - 4.5.1. Considera-se como orçamento estimado para o reajuste contratual a data referente ao **Quadro Comparativo de Pesquisa de Preços (Documento SEI nº 152786112)**, ou seja, **13/03/2026**.
  - 4.5.2. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/17.
    - 4.5.2.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 4.5.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
  - 4.5.3. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.
- 4.6. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 4.7. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no §6º do art. 135 da Lei Federal nº 14.1333/2021.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. São obrigações da **CONTRATADA**:
  - 5.1.1. Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Edital de Licitação nº **XXX**/2026 e seus Anexos, que é parte integrante do presente instrumento em especial o ANEXO I – Termo de Referência;
  - 5.1.2. Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a **CONTRATANTE** pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
  - 5.1.3. Garantir total qualidade dos serviços contratados;
  - 5.1.4. Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;



- 5.1.5. Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;
- 5.1.6. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à **CONTRATANTE** a ocorrência de tais fatos;
- 5.1.7. Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;
- 5.1.8. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 5.1.9. Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
- 5.1.10. Manter, durante o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 5.1.11. Nos termos da Lei Municipal nº 17.252/19 e da Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDDET/SMDHC nº 1/2024, na hipótese de contratação de serviços contínuos com prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias em que sejam abertas pelo menos 50 vagas de trabalho, deverá ser observada a cota mínima de 2% das vagas de trabalho para a contratação de pessoas em situação de rua. Em tais hipóteses, a **CONTRATADA** deverá, ainda:
  - 5.1.11.1. Prestar informações em formulário eletrônico sobre as vagas de trabalho e contratos decorrentes da contratação destinadas ao processo seletivo com pessoas em situação de rua;
  - 5.1.11.2. Realizar os processos seletivos considerando as pessoas em situação de rua indicadas pela Prefeitura, prioritariamente em equipamentos do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate) da SMDDET;
  - 5.1.11.3. Contratar e gerir profissionais de que trata esta Instrução Normativa, em articulação com a SMDDET, ou justificar em caso de não preenchimento das vagas, utilizando formulário eletrônico disponibilizado pela Prefeitura;
  - 5.1.11.4. Participar de capacitação em Direitos Humanos e Cidadania oferecida pela SMDHC, presencialmente ou por meio de plataforma online.
- 5.1.12. Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 5.1.13. A comprovação do atendimento a reserva de cargos deverá ser feita sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
- 5.2. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 5.3. Nas hipóteses de obrigatoriedade de contratação da cota mínima de pessoas em situação de rua:



- 5.3.1. Em caso de demissão de profissional selecionado para vagas da reserva de cota, a **CONTRATADA** deverá substituí-lo por meio de nova contratação, seguindo o procedimento definido na Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDet/SMDHC nº 1/2024 ou em ato normativo que vier a substituí-la;
- 5.3.2. O desligamento de indivíduo do serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua não implica em necessidade de contratação de novo profissional na vaga de trabalho;
- 5.3.3. Não haverá responsabilidade da **CONTRATADA** nas hipóteses em que os órgãos municipais competentes não encaminharem a relação dos registros compatíveis com as características e qualificações necessárias, indicadas pela empresa, nos termos do art. 10 Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDet/SMDHC nº 1/2024 ou em ato normativo que vier a substituí-la.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 6.1. A **CONTRATANTE** se compromete a executar todas as obrigações contidas no Edital de Licitação nº **XXX**/2026 e seus Anexos, que é parte integrante do presente instrumento em especial o ANEXO I – Termo de Referência, cabendo-lhe especialmente:
  - 6.1.1. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
  - 6.1.2. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
  - 6.1.3. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
  - 6.1.4. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela **CONTRATADA** e efetivando avaliação periódica;
  - 6.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
  - 6.1.6. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
  - 6.1.7. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer cláusulas estabelecidas;
  - 6.1.8. Exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
  - 6.1.9. Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/2022;
  - 6.1.10. Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela **CONTRATADA**, para fins de pagamento;

- 6.1.11. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da **CONTRATADA** que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.
- 6.1.12. Nos termos da Lei Municipal nº 17.252/19 e da Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDet/SMDHC nº 1/2024, na hipótese de contratação de serviços contínuos com prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias em que sejam abertas pelo menos 50 vagas de trabalho, caberá à **CONTRATANTE**:
- 6.1.12.1. Acompanhar e monitorar a execução das disposições da Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDet/SMDHC nº 1/2024 (ou de ato normativo que vier a substituí-la), aplicando as medidas administrativas e sanções necessárias à sua efetiva implementação;
- 6.1.12.2. Encaminhar à **CONTRATADA** o endereço eletrônico dos formulários eletrônicos mencionados na Instrução Normativa Conjunta SGM/SMADS/SMDet/SMDHC nº 1/2024 (ou em ato normativo que vier a substituí-la).
- 6.1.13. A fiscalização dos serviços pela **CONTRATANTE** não exime, nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 6.1.14. A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

- 7.1. O pagamento somente será efetuado após a conclusão de todas as etapas previstas, quais sejam, entrega, instalação, teste de funcionamento e treinamento operacional, com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Engenharia Clínica, atestando que o equipamento se encontra em pleno funcionamento e apto ao uso.
- 7.2. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.
- 7.2.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 7.3. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a **CONTRATADA** terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.
- 7.3.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de

poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

7.3.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela **CONTRATADA**.

7.4. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

7.4.1. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 69 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/2012.

7.4.2. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/2012 e da Portaria SF nº 124/2022.

7.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Cadastro Informativo Municipal (CADIN);
- f) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- g) Relatório de Medição dos Serviços;

7.5.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.6. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

- 7.7. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista na cláusula 7.5.1., não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.
- 7.8. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.
- 7.9. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO**

- 8.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.
- 8.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/21, bem como poderá ser modificado, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**, nos termos do art. 104 do mesmo diploma legal.
- 8.3. A **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 104, inciso V da Lei Federal 14.133/21, reserva-se o direito de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
- 8.3.1. Risco à prestação de serviços essenciais;
- 8.3.2. Necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.
- 8.4. A **CONTRATANTE** se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.5. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 8.6. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 8.7. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.7.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- 9.1. A execução dos serviços será feita conforme o ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação nº XXX/2026, que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

- 9.2. A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela **CONTRATANTE**, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
- 9.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e com as disposições do ANEXO I – Termo de Referência do Edital de Licitação nº XXX/2026.
- 9.3. Para a execução dos serviços previstos neste contrato, a Área Técnica Requisitante: Núcleo de Engenharia Clínica (SMS/SEGA/CAS/DI/EngClinica) deverá, por meio do Gestor Técnico do Contrato ou de representante designado, propor e conduzir reuniões técnicas orientativas com representante(s) da **CONTRADADA**.
- 9.3.1. Essas reuniões ocorrerão, no mínimo, no início da execução contratual e em cada prorrogação, visando o acompanhamento contínuo da execução contratual.
- 9.3.2. A comprovação da realização das reuniões será feita por meio da elaboração de ATA, assinada por todos os participantes e anexada ao respectivo processo de contratação.
- 9.4. O objeto contratual será recebido pela fiscalização da **CONTRATANTE** consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes, que avaliará os serviços de acordo com o ANEXO II - "Formulário de Avaliação de Acordo de Nível de Serviço" e atestará se os serviços foram prestados a contento.
- 9.5. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.
- 9.6. O recebimento e aceite do objeto pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

- 10.1. Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a **CONTRATADA** poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.2, com as seguintes penalidades:
- a) Advertência: na ocorrência de notas "Ruim" por 2 (duas) avaliações subsequentes ou 3 (três) alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos da avaliação, a **CONTRATADA** poderá sofrer advertência por escrito, após considerações do gestor do contrato e juntadas cópias das avaliações realizadas no período;
  - b) Multa: na ocorrência de notas "Ruim" por 3 (três) avaliações subsequentes ou 4 (quatro) alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos da avaliação, a **CONTRATADA** poderá sofrer multa, segundo cláusula específica do Termo de Contrato, após considerações do Gestor Técnico do Contrato
  - c) impedimento de licitar e contratar; ou
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

10.2.1. **Multa de 1% (um por cento)** sobre o valor do equipamento não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

10.2.1.1. No caso de atraso por período superior a 19 (dezenove) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, a rescisão contratual, por culpa da **CONTRATADA**, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.2. **Multa por inexecução parcial do contrato:** 10% (dez por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, ou que a execução tenha sido considerada não a contento pela fiscalização do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.3. **Multa por inexecução total do contrato:** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.4. **Multa de 5% (cinco por cento)** sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

10.2.5. **Pela rescisão do contrato** por culpa da **CONTRATADA**, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

10.2.6. **Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula**, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste;

10.3. A **CONTRATANTE**, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade.

10.4. A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

10.5. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à **CONTRATADA**.

10.5.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.5.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



- 10.6. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 10.7. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 11.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 11.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:
- CONTRATANTE:** xxxxxxxxxxxxxxxx
- CONTRATADA:** xxxxxxxxxxxxxxxx
- 11.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 11.4. Fica a **CONTRATADA** ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 11.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
- 11.6. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação nº xxx/2026, que deu origem à contratação, com seus Anexos e a Proposta da **CONTRATADA**.
- 11.7. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal nº 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
- 11.8. Quaisquer tratamentos de dados pessoais realizados no bojo do presente contrato, ou em razão dele, deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 e de normas complementares expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e pela **CONTRATANTE**.
- 11.9. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CONTRATANTE**, por meio do Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 horas da ciência do fato, a ocorrência de qualquer situação que possa acarretar potencial ou efetivo risco ou dano aos titulares dos dados pessoais, e/ou que não esteja de acordo com os protocolos e normas de proteção de dados pessoais.
- 11.10. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem de acordo as partes **CONTRATANTES**, foi lavrado o presente instrumento, que, lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes e por duas testemunhas.

**LUIZ CARLOS ZAMARCO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
**CONTRATANTE**

**XXXXXXXXX**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90447/2026**

**PROCESSO : 6018.2025/0007715-4**

**TIPO : MENOR PREÇO**

**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

• **1. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada em **locação de APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO**, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, fornecimento mensal de insumos e acessórios descartáveis e manutenção corretiva e preventiva durante todo o período contratual, para os hospitais municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**Hospitais contemplados:** Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio (HMCC), Hospital Municipal Dr. Alípio Correa Neto (HMACN), Hospital Municipal Prof. Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha (HMFMPR), Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya (HMARS), Hospital Municipal Dr. Ignacio Proença de Gouvea (HMIPG), Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria (HMJSH), Hospital Municipal Prof. Dr. Waldomiro de Paula (HMWP), Hospital Municipal Tide Setúbal (HMTS), Hospital Municipal e Maternidade Mário Degni (HMMD), Hospital Municipal Alexandre Zaio (HMAZ), Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (HMBM) e Hospital Municipal e Maternidade Escola Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva (HMEC).

• **2. DA JUSTIFICATIVA**

A necessidade de adotar a oxigenoterapia de alto fluxo nas unidades hospitalares decorre da demanda crescente por terapias respiratórias avançadas e não invasivas para pacientes com condições agudas ou crônicas que comprometem a função pulmonar.

A Oxigenoterapia de Alto Fluxo (OAF) representa uma tecnologia inovadora e eficaz, que oferece altas taxas de fluxo de oxigênio aquecido e umidificado diretamente para as vias aéreas, proporcionando suporte respiratório de alta qualidade. Em comparação com a oxigenoterapia convencional, a OAF melhora a oxigenação e o conforto após a extubação, previne a insuficiência respiratória pós-extubação e a reintubação em populações gerais de pacientes gravemente enfermos.

Entre os benefícios clínicos da terapia destacam-se: melhor oxigenação e gerenciamento de secreções, aumento do volume pulmonar expiratório final, redução do trabalho respiratório e melhorias hemodinâmicas. Adicionalmente, diversas patologias podem ser diretamente tratadas com a terapia, tais

como bronquiólites, COVID-19, pneumonias, falência respiratória pós-cirúrgica e DPOC, tornando-a essencial para a continuidade do atendimento com qualidade e eficiência, além de contribuir para a redução do tempo de permanência hospitalar e das infecções hospitalares.

### • 3. DOS LOCAIS DE ENTREGA E UTILIZAÇÃO

Os equipamentos deverão ser entregues e utilizados nas seguintes Unidades Hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo:

Sigla	Unidade Hospitalar	Endereço	Telefone(s)
HMCC	Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio	Av. Celso Garcia, 4815 – Tatuapé – SP	5178-1513 / 1514 / 3394-6968
HMACN	Hospital Municipal Dr. Alípio Correa Neto	Al. Rodrigo de Brunn, 1989 – Ermelino Matarazzo – SP	3394-8100 / 8101 / 8141
HMFMPR	Hospital Municipal Prof. Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha	Estrada da Itapecerica, 1661 – Campo Limpo – SP	11 5178-2482
HMARS	Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya	R. Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 860 – Jabaquara – SP	5178-1056
HMIPG	Hospital Municipal Dr. Ignacio Proença de Gouvea	Rua Juventus, 562 – Mooca – SP	11 5178-0053 / 0054 / 0055
HMJSH	Hospital Municipal Dr. José Soares Hungria	Rua Menoti Laudísio, 100 – Pirituba – SP	11 5178-0765 / 0766 / 0767
HMWP	Hospital Municipal Prof. Dr. Waldomiro de Paula	R. Augusto Carlos Bauman, 1074 – Itaquera – SP	5178-0530 / 0531 / 0532 / 0533
HMTS	Hospital Municipal Tide Setúbal	R. Dr. José Guilherme Eiras, 123 – São Miguel Paulista – SP	11 5178-1294 / 1296
HMMD	Hospital Municipal e Maternidade Mário Degni	Rua Lucas de Leide, 257 – Rio Pequeno – SP	11 5178-1828
HMAZ	Hospital Municipal Alexandre Zaio	Rua Alves Maldonado, 128 – Vila Nhocuné – SP	11 5178-0281
HMBM	Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro	Rua Antonio Lazaro, 226 – Jardim Iva – SP	11 5178-2755
HMEC	Hospital Municipal e Maternidade Escola Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva	Av. Deputado Emílio Carlos, 3100 – Vila Nova Cachoeirinha – SP	11 3986-1131

### 4. DESCRITIVO TÉCNICO DOS EQUIPAMENTOS E QUANTITATIVO



Descrição	Qtd. Total
<p><b>APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO</b></p> <p>Umificador aquecido com gerador de fluxo integrado em bloco único. Sistema para umidificação e aquecimento dos gases destinado à terapia de oxigênio de alto fluxo. Especificações técnicas mínimas: Equipamento com display digital colorido, por sistema de toque e botões físicos, com leitura mínima de temperatura, fluxo, fração inspirada de oxigênio, saturação de oxigênio e frequência de pulso, sendo a apresentação mínima em tela simultaneamente e em tempo real do fluxo, fração inspirada de oxigênio, temperatura, índice rox ou tecnologia compatível com a função e tempo de terapia. Temperatura ajustável diretamente na escala mínima de 31 a 37°C. Entrada para fornecimento de oxigênio de alta pressão e fonte própria de ar através de turbina que dispensa o uso do ar comprimido. Atende no mínimo, pacientes pediátricos e adultos, faixa de ajuste direta de 2 a 70 lpm, sem a necessidade de troca de qualquer dispositivo interno para a definição da escala disponível. O sistema deve permitir o uso do circuito o aquecido, permitindo que a terapia de alto fluxo seja eficaz e precisa. Com oximetria integrada no aparelho para avaliação do nível de oxigênio no sangue arterial, no mínimo com valores na faixa de medição de 50% a 100%. Com modo noturno que proporciona redução de luminosidade. Deve possuir função para secagem do tubo ou tecnologia compatível com a função. Controles e ajustes diretos mínimos: Fração inspirada de oxigênio 21 a 100%, Temperatura: 31 a 37°, Fluxo: 2 a 70 lpm. Monitoração mínima: Fração Inspirada de Oxigênio, Temperatura, Tempo de Terapia, Fluxo, Oximetria de Pulso, Frequência de Pulso. Sistema de alarme visual e audível: Circuito desconectado, Vazamentos, Obstrução/Bloqueio da interface/circuito, Fornecimento de O2 alto e baixo, Fluxo, Temperatura, Falha na energia. Equipamento deve ser bivolt 100-240 Volts, acompanha pedestal com rodízios e freios, e demais acessórios para o pleno funcionamento do produto. Grau de proteção mínimo IP22. Peso máximo do equipamento 10kg. Acessórios que acompanham cada equipamento: Pedestal com sistema de rodízios e freios, acessórios para o pleno funcionamento e demais acessórios abaixo.</p>	181

● **4.1 Insumos e Acessórios – Entrega Inicial**

Descrição do Insumo / Acessório	Entrega Inicial (EI)
Circuito Respiratório Completo para Terapia de Alto Fluxo com fio aquecido e câmara	425
Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho Prematuro	68
Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho Neonatal	96
Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho Pediátrico	91
Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho P Adulto	95



# PREFEITURA DE SÃO PAULO

Descrição do Insumo / Acessório	Entrega Inicial (EI)
Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho M Adulto	153
Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho G Adulto	115
Interface para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Traqueostomia	111

## • 4.1.1 Distribuição por unidade – Entrega Inicial

Unidade	Aparelhos	Circuitos	Cânula Prem.	Cânula Neo.	Cânula Ped.	Cânula P Ad.	Cânula M Ad.	Cânula G Ad.	Traqueost.
HMCC	10	18	6	6	6	6	6	6	6
HMACN	15	35	15	15	10	10	10	10	10
HMFMPR	30	90	10	20	15	30	40	35	45
HMARS	20	20	0	5	5	10	10	10	5
HMIPG	4	5	0	0	0	5	5	5	5
HMJSH	5	49	2	4	8	5	15	15	8
HMWP	40	90	10	10	10	10	30	10	10
HMTS	20	69	3	2	20	10	24	10	4
HMMD	8	11	5	5	0	0	2	5	2
HMAZ	3	3	0	0	0	3	3	3	3
HMBM	6	10	5	5	5	5	5	5	3
HMEC	20	25	12	24	12	1	3	1	10
<b>TOTAL</b>	<b>181</b>	<b>425</b>	<b>68</b>	<b>96</b>	<b>91</b>	<b>95</b>	<b>153</b>	<b>115</b>	<b>111</b>

## • 4.1.2 Distribuição por unidade – Entrega mensal - CMM

Unidade	Circuitos	Cânula Prem.	Cânula Neo.	Cânula Ped.	Cânula P Ad.	Cânula M Ad.	Cânula G Ad.	Traqueost.
HMCC	9	3	3	3	3	3	3	3
HMACN	10	5	5	5	5	5	5	5
HMFMPR	15	8	8	8	8	8	8	10
HMARS	10	0	5	5	5	5	5	5
HMIPG	5	0	0	0	5	5	5	5



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

Unidade	Circuitos	Cânula Prem.	Cânula Neo.	Cânula Ped.	Cânula P Ad.	Cânula M Ad.	Cânula G Ad.	Traqueost.
HMJSH	8	2	4	8	5	10	10	8
HMWP	30	10	10	10	10	15	10	10
HMTS	15	8	8	8	8	8	8	4
HMMD	11	5	5	0	0	2	5	2
HMAZ	3	0	0	0	3	3	3	3
HMBM	5	2	2	5	5	5	5	5
HMEC	10	5	5	5	5	5	5	5
TOTAL	131	48	55	57	62	74	72	65

- **5. ORIENTAÇÕES GERAIS**

- a) Os equipamentos hospitalares disponibilizados em regime de locação deverão atender rigorosamente aos padrões técnicos de segurança, incluindo funcionamento adequado, montagem precisa e ausência de riscos para pessoas ou objetos. Deverão estar em perfeito estado de funcionamento, com tecnologia adequada e de alta qualidade, em conformidade com as normas da ABNT, do INMETRO, do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais regulamentações nacionais e internacionais aplicáveis.
- b) Não serão aceitos equipamentos provenientes de mercado paralelo, de origem duvidosa, falsificados ou que apresentem desgaste que comprometa seu desempenho, segurança ou confiabilidade. A Administração reserva-se o direito de solicitar documentos que comprovem a procedência e a autenticidade dos equipamentos disponibilizados.
- c) O objeto contratado deverá ser disponibilizado à Unidade Requisitante, devidamente instalado e em pleno funcionamento, em atendimento aos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- d) Será exigida da licitante a apresentação de documentação técnica que demonstre que o equipamento ofertado atende às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- e) A documentação técnica apresentada pela licitante deverá conter a descrição técnica detalhada do equipamento, sua funcionalidade, suas características físicas, elétricas e de desempenho, bem como demais informações necessárias para demonstrar as características do produto ofertado. Será admitida como documentação técnica a apresentação de manuais e catálogos técnicos dos fabricantes, bem como os manuais dos equipamentos depositados no banco de dados da ANVISA.
- f) Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento dos equipamentos disponibilizados, incluindo manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e, quando necessário, substituição do equipamento, sem ônus adicional para a Administração.

- **6. DA ENTREGA**

- a) A disponibilização e instalação inicial dos equipamentos deverá ocorrer em até **40 (quarenta) dias úteis**, a contar da emissão da Ordem de Início, a qual deverá ser assinada e devolvida ao Setor de Engenharia Clínica em até **02 (dois) dias úteis**, contados da data de sua emissão.
- b) Os equipamentos deverão ser entregues embalados conforme praxe do fabricante, de modo que sua integridade seja preservada durante o transporte e eventual armazenamento. A CONTRATADA arcará com todos os custos necessários para a entrega, transporte, instalação e disponibilização dos equipamentos no setor onde serão utilizados.
- c) A entrega e instalação dos equipamentos deverão seguir todas as recomendações da instituição, incluindo agendamento prévio com antecedência mínima de **03 (três) dias úteis**.
- d) As **entregas mensais dos insumos e acessórios descartáveis** deverão ocorrer até o **5º (quinto) dia útil de cada mês**, conforme quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, e serão atestadas pelo Fiscal do Contrato por ocasião do Ateste Mensal de cada Unidade Hospitalar.
- e) A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento contínuo dos insumos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos locados, de modo a não comprometer a continuidade da assistência prestada pelas unidades de saúde.

● **7. DAS OBRIGAÇÕES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

- a) Durante **toda a vigência contratual**, inclusive após eventual prorrogação – período em que o prazo de garantia do fabricante poderá ter expirado –, a CONTRATADA será integralmente responsável pela realização de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados, incluindo:
  - Reposição de peças, partes, acessórios e componentes (consumíveis ou não), sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
  - Substituição do equipamento quando necessário, por outro de especificação igual ou superior;
  - Execução de plano de manutenção preventiva periódica, conforme cronograma do fabricante e normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR IEC 60601 e demais vigentes);



- Manutenção corretiva sempre que necessário para garantir o pleno funcionamento e segurança do equipamento.
- b) A qualidade dos equipamentos e componentes deverá estar de acordo com os requisitos das normas aplicáveis da ABNT, bem como demais regulamentações técnicas vigentes.
- c) O equipamento deverá apresentar etiqueta fixada contendo: identificação do fabricante, data de fabricação e número de série.
- d) A CONTRATADA deverá garantir a substituição, sem qualquer custo para a CONTRATANTE, de qualquer item fornecido que apresente defeito decorrente de falhas de projeto, matéria-prima, fabricação, transporte ou instalação.
- e) A assistência técnica deverá ser prestada no local onde o equipamento estiver instalado. Caso seja necessário o envio do equipamento para assistência técnica, os custos de transporte para retirada e devolução serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- f) As peças ou acessórios defeituosos que forem substituídos deverão ser apresentados ao fiscal do contrato, podendo este solicitar seu recolhimento pela CONTRATADA para descarte ambientalmente adequado, mediante apresentação da documentação comprobatória.
- g) As intervenções técnicas deverão ocorrer em prazo não superior a **48 (quarenta e oito) horas úteis**, contadas a partir do chamado da unidade.
- h) Caso o reparo não possa ser concluído no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da retirada do equipamento das dependências da Administração, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição do equipamento por outro de especificação igual ou superior.
- i) O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e justificada da CONTRATADA, devidamente aceita pela CONTRATANTE.
- j) Decorrido o prazo para reparos ou substituições sem o atendimento da solicitação da CONTRATANTE ou apresentação de justificativas aceitáveis, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar empresa diversa para execução dos serviços necessários, podendo exigir da CONTRATADA o ressarcimento dos custos correspondentes.

- k) Para fins de controle e rastreabilidade, quando da instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá utilizar método de lacre ou outro expediente que permita a identificação de eventual violação, devendo registrar todas as intervenções em ordem de serviço ou documento equivalente, com assinatura do responsável da unidade.
- l) A manutenção corretiva compreende todas as ações necessárias para correção de falhas ou defeitos apresentados pelos equipamentos, incluindo substituição de peças, ajustes, reparos e demais intervenções necessárias para restabelecer seu pleno funcionamento.
- m) Todas as despesas relacionadas à manutenção, substituição de peças, transporte, mão de obra e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos serão integralmente de responsabilidade da CONTRATADA.

#### • 8. DA VIGÊNCIA E INÍCIO DOS SERVIÇOS

- a) O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que haja concordância das partes, a CONTRATADA haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.
- b) Os serviços contratados poderão ser rescindidos a qualquer momento por ambas as partes, desde que comunicado com antecedência mínima de **90 (noventa) dias**.
- c) Tendo em vista o caráter substitutivo da presente contratação e por se tratar de unificação de serviço contínuo imprescindível para as unidades, as datas de início deverão ser estabelecidas pela Engenharia Clínica-SMS, por meio da Ordem de Início.
- d) A Ordem de Início dos Serviços deverá ser assinada e devolvida no prazo máximo de até **02 (dois) dias úteis**.

#### • 9. PRAZOS PARA ENTREGA, INSTALAÇÃO E INÍCIO DA LOCAÇÃO

- a) A entrega, instalação e testes de funcionamento deverão ocorrer no prazo máximo de até **40 (quarenta) dias úteis**, contados da emissão da Ordem de Início.

- b) A Ordem de Início deverá ser assinada pela CONTRATADA e devolvida ao Setor de Engenharia Clínica no prazo máximo de até **02 (dois) dias úteis**, contados da data de seu recebimento.
- c) Para fins deste Termo de Referência, o prazo de 40 (quarenta) dias úteis contempla obrigatoriamente:
  - A entrega física do equipamento na unidade requisitante;
  - A realização de testes operacionais e de segurança;
  - O treinamento operacional das equipes da unidade requisitante.
- d) O início da contagem para fins de pagamento da locação somente ocorrerá após a efetiva entrega, teste funcional, treinamento operacional e emissão do **Termo de Recebimento Definitivo** pela Engenharia Clínica, atestando que o equipamento se encontra em pleno funcionamento e apto ao uso.
- e) O equipamento deverá ser entregue embalado conforme praxe do fabricante. A CONTRATADA arcará integralmente com todos os custos logísticos, incluindo transporte, descarga, instalação e demais despesas necessárias à disponibilização do equipamento.
- f) A entrega deverá observar as normas internas da instituição, incluindo agendamento prévio com antecedência mínima de **03 (três) dias úteis**, junto à unidade requisitante e à Engenharia Clínica.

#### ● **10. CONVOCAÇÃO DAS MANUTENÇÕES**

- a) A CONTRATADA será acionada para prestação dos serviços exclusivamente por escrito, por meio de correio eletrônico, devendo manter endereço eletrônico exclusivo para recebimento de chamados técnicos, bem como confirmar formalmente o recebimento da solicitação no prazo máximo de até **02 (duas) horas**.
- b) Os atendimentos técnicos deverão ocorrer no prazo máximo de até **48 (quarenta e oito) horas úteis**, contadas do envio do chamado pela CONTRATANTE, inclusive aos sábados, domingos e feriados, considerando tratar-se de equipamento de uso assistencial essencial.
- c) Entende-se por atendimento técnico o comparecimento de profissional habilitado ao local de instalação do equipamento ou, quando aplicável, o início do suporte remoto para diagnóstico e resolução da ocorrência.

- d) Caso o equipamento não seja restabelecido em pleno funcionamento no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas após o chamado, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição imediata por equipamento equivalente ou superior, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- e) Durante o período de indisponibilidade superior ao prazo estabelecido, não será devido o pagamento proporcional da locação correspondente ao período de inoperância.

● **11. DA MANUTENÇÃO, TRANSFERÊNCIA E ALTERAÇÃO DE LOCAL DE INSTALAÇÃO**

- a) A CONTRATANTE, por meio do Fiscal do Contrato, comunicará formalmente à Engenharia Clínica da SMS e à CONTRATADA quaisquer intercorrências, irregularidades ou necessidade de manutenção.
- b) A CONTRATADA fica obrigada a realizar manutenção preventiva periódica, conforme plano de manutenção do fabricante e normas técnicas aplicáveis, bem como manutenção corretiva sempre que necessário, garantindo o pleno funcionamento e segurança do equipamento durante toda a vigência contratual.
- c) Em caso de remanejamento ou transferência do equipamento para outra unidade de saúde contemplada no contrato, a CONTRATADA deverá realizar a desinstalação, transporte, reinstalação, testes operacionais e validação técnica no novo local, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- d) Nos casos de transferência definitiva entre unidades, o Fiscal do Contrato e a Diretoria Administrativa deverão autuar processo no SEI para formalização da alteração contratual, quando necessário.
- e) A CONTRATADA fica obrigada a aceitar a inclusão de novas unidades de saúde no contrato, desde que sob gestão da Secretaria Municipal da Saúde, observados os limites legais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

● **12. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DURANTE A VIGÊNCIA**

- a) Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA será integralmente responsável pelo perfeito funcionamento do equipamento locado, incluindo partes, peças, acessórios e consumíveis necessários à sua operação.
- b) A CONTRATADA deverá assegurar que o equipamento permaneça em perfeitas condições de uso, segurança e desempenho, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas da ABNT e da série ABNT NBR IEC 60601.

- c) Todas as intervenções técnicas, inclusive manutenção preventiva, corretiva, substituição de peças e ajustes necessários, ocorrerão sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.
- d) As peças substituídas deverão ser novas, originais ou compatíveis certificadas pelo fabricante, garantindo padrão de qualidade igual ou superior ao originalmente instalado.
- e) A responsabilidade técnica da CONTRATADA quanto ao funcionamento do equipamento permanece vigente durante todo o período contratual, independentemente da data de instalação e do prazo de garantia do fabricante.

- **13. DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE EQUIPAMENTOS**

- **13.1 Exclusão (Supressão)**

- a) Quando houver necessidade de exclusão de equipamento integrante do contrato, o Fiscal do Contrato ou a Diretoria Administrativa deverá comunicar formalmente a decisão à Engenharia Clínica e à CONTRATADA, indicando expressamente a data prevista para a desmobilização do equipamento.
- b) A exclusão somente produzirá efeitos após formalização por meio de Termo Aditivo ou instrumento equivalente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os limites legais de supressão contratual.
- c) A retirada do equipamento deverá ser acompanhada por relatório técnico de desinstalação e termo de devolução, devidamente assinados pelas partes.

- **13.2 Inclusão (Acréscimo)**

- 
- a) A inclusão de novos equipamentos no contrato deverá ser formalizada por escrito, com justificativa técnica, e submetida à análise da Engenharia Clínica.
  - b) A solicitação será submetida à análise da Engenharia Clínica e das demais áreas competentes, a fim de avaliar a viabilidade técnica, orçamentária e contratual, observando-se os limites legais de acréscimo previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

• **14. DA FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÃO E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)**

- a) A CONTRATANTE exercerá a fiscalização da execução dos serviços, de modo a assegurar o efetivo cumprimento do objeto contratado, podendo realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, bem como proceder à avaliação periódica da qualidade e do andamento dos serviços prestados.
- b) A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela correta execução do objeto contratado e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas
- c) O contrato será fiscalizado por profissional formalmente designado pela Diretoria Técnica da Unidade da CONTRATANTE, na qualidade de Fiscal do Contrato.
- d) O Fiscal do Contrato da Unidade da CONTRATANTE deverá realizar, quando necessário, auditoria presencial, com vistas a confirmar a efetiva disponibilidade e funcionamento dos equipamentos locados, para fins de validação da execução contratual e do pagamento dos serviços.
- e) O Fiscal do Contrato da Unidade da CONTRATANTE deverá encaminhar ao setor de Gestão de Contratos da SMS – SEDE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, para fins de pagamento, planilha mensal contendo o quantitativo de equipamentos disponibilizados à Unidade Hospitalar no mês de referência, devidamente assinada pelo Fiscal do Contrato e pela Diretoria Técnica da Unidade, acompanhada do Acordo de Nível de Serviço – ANEXO I-A e dos Relatórios de Manutenção Preventiva e Corretiva, quando ocorridos no período.
- f) A medição dos serviços será realizada mensalmente, por meio da emissão de Atestado de Medição pela Unidade Hospitalar, podendo os serviços ser avaliados como “A Contento” ou “Não a Contento”, devendo o documento ser devidamente assinado pelo Fiscal do Contrato e pela Diretoria Técnica da Unidade.
- g) A avaliação “A Contento” deverá ser atribuída quando os serviços prestados estiverem satisfatórios e em conformidade com o disposto neste Termo de Referência, sendo os pagamentos realizados de acordo com a Ficha de Acordo de Nível de Serviço – ANEXO I-A

- h) Na avaliação “Não a Contento”, o Fiscal do Contrato deverá registrar e justificar, mediante documentação comprobatória, as falhas de execução verificadas na medição mensal, para fins de aplicação das penalidades contratuais e realização dos pagamentos conforme disposto na Ficha de Acordo de Nível de Serviço – ANEXO IA.
- i) Fica compreendido que, enquadrada nas condições anteriores, a reincidência de medições avaliadas como “Não a Contento” poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato, nos termos da legislação vigente.
- j) O Instrumento de Avaliação do Acordo de Nível de Serviço da CONTRATADA deverá ser preenchido mensalmente pelo Fiscal do Contrato da Unidade da CONTRATANTE, conforme modelo constante no ANEXO I-A deste Termo de Referência, para fins de medição e pagamento.

● **14.1. Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

- a) A medição será realizada mensalmente por meio de Ficha de Avaliação preenchida pelo Fiscal do Contrato, avaliando Desempenho Profissional, Produtos e Comunicação. O resultado final define o percentual do pagamento conforme tabela abaixo:

<b>Critério de Avaliação</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Equivalência</b>	<b>Impacto no Pagamento</b>
Pontuação Final $\geq 80$	<b>Ótimo</b>	90 pontos por item	100% da Fatura
Pontuação Final entre 60 e 79,9	<b>Bom</b>	79,9 pontos por item	90% da Fatura
Pontuação Final entre 45,1 e 59,9	<b>Regular</b>	59,9 pontos por item	80% da Fatura + justificativa em 5 dias úteis
Pontuação Final $\leq 45$	<b>Ruim</b>	45 pontos por item	70% da Fatura + acionar empresa + justificativa em 5 dias úteis

- b) Avaliações nas faixas Regular ou Ruim exigem justificativa da empresa em até 5 dias úteis. A não apresentação ou improcedência da justificativa acarretará punição contratual. A reincidência de avaliações como 'Não a Contento' poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.



- c) Por se tratar de avaliação de nível de serviço, caso a CONTRATADA não concorde com a avaliação realizada no momento da medição e recuse-se a assinar a Ficha de Avaliação, o instrumento será devidamente preenchido e assinado por 02 (duas) testemunhas, devendo ser fornecida cópia à CONTRATADA, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar esclarecimentos e documentação comprobatória pertinentes.
- d) O Gestor do Contrato da Secretaria Municipal da Saúde – SMS analisará as justificativas apresentadas pela CONTRATADA e manifestar-se-á formalmente, por escrito, deliberando sobre a avaliação final do nível de serviço.
- e) No caso de avaliações de nível de serviço classificadas como críticas e/ou insuficientes de forma reiterada, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente e no Termo de Contrato, inclusive quanto à possibilidade de rescisão contratual, quando cabível.

#### ● 15. DO PAGAMENTO

- a) Pagamento mensal, em até 30 dias a partir da execução dos serviços, mediante apresentação do Atestado de Medição, planilha de equipamentos disponibilizados e Ficha de Avaliação do ANS.
- b) O valor pago corresponde ao nível de serviço efetivamente prestado, apurado pelo IMR.
- c) Falhas na prestação dos serviços sujeitam a Contratada a descontos conforme critérios do ANS (Anexo I-A).
- d) A Contratada deverá apresentar mensalmente o Relatório de Equipamentos Locados juntamente com a Nota Fiscal/Fatura.
- e) O pagamento dos insumos e acessórios descartáveis será realizado de forma variável, conforme consumo mensal de cada unidade hospitalar, mediante:
  - Apresentação de Nota Fiscal específica para insumos;
  - Ateste pelo Fiscal do Contrato de cada unidade;
  - Comprovação do quantitativo efetivamente utilizado no período.

#### ● 16. DAS PENALIDADES

- 16.1. Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a **CONTRATADA** poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.2, com as seguintes penalidades:

- e) advertência: na ocorrência de notas “Ruim” por 2 (duas) avaliações subsequentes ou 3 (três) alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos da avaliação, a **CONTRATADA** poderá sofrer advertência por escrito, após considerações do gestor do contrato e juntadas cópias das avaliações realizadas no período;
- f) multa: na ocorrência de notas “Ruim” por 3 (três) avaliações subsequentes ou 4 (quatro) alternadas, no período de 12 (doze) meses, em quaisquer dos aspectos da avaliação, a **CONTRATADA** poderá sofrer multa, segundo cláusula específica do Termo de Contrato, após considerações do Gestor Técnico do Contrato;
- g) impedimento de licitar e contratar; ou
- h) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

16.1.1 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.2 A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

16.2.1 **Multa de 1% (um por cento)** sobre o valor do equipamento não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

16.2.1.1 No caso de atraso por período superior a 19 (dezenove) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, a rescisão contratual, por culpa da **CONTRATADA**, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

16.2.2 **Multa por inexecução parcial do contrato:** 10% (dez por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, ou que a execução tenha sido considerada não a contento pela fiscalização do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

- 16.2.3 **Multa por inexecução total do contrato:** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 16.2.4 **Pela rescisão do contrato** por culpa da **CONTRATADA**, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.
- 16.2.5 **Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula**, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o preço mensal;
- 16.3 A **CONTRATANTE**, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade.
- 16.4 A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.
- 16.5 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à **CONTRATADA**.
- 16.5.1 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 16.5.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 16.6 Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 16.7 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

- **17. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E DA PROPOSTA**

- **17.1. Documentação referente aos produtos**

- a) Descrição clara do equipamento ofertado, incluindo marca, modelo, fabricante e número de registro ou situação regulatória na ANVISA.
- b) Comprovação da regularidade perante a ANVISA: cópia do Registro, Isenção, Notificação ou Cadastramento; ou declaração fundamentada de isenção de

controle sanitário. Se o registro estiver vencido, apresentar protocolo de revalidação.

- c) Catálogo técnico e ficha técnica detalhada em língua portuguesa, com itens ofertados claramente assinalados. Documentos em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução.
- d) Proposta com marca, modelo, registro ANVISA (quando aplicável) e valor unitário de cada item. Propostas que não atenderem integralmente ao descritivo técnico serão automaticamente desclassificadas.

- **17.2. Documentação referente à proponente**

- a) Licença de Funcionamento / Alvará Sanitário vigente (empresa proponente e fabricante/detentor do registro).
- b) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA, quando exigível.
- c) Comprovante de Responsabilidade Técnica, em vigor, exercida por profissional legalmente habilitado.
- d) Atestado(s) de Capacidade Técnica comprovando prestação anterior de serviços compatíveis com o objeto (admite-se somatório de atestados para quantitativos mínimos de até 50% da execução).

- **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- a) É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, nos termos do art. 122, § 1.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- b) A CONTRATADA deverá executar pessoal e diretamente todas as obrigações, sendo proibida a transferência de responsabilidades a terceiros.
- c) O descumprimento ensejará rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das sanções previstas em lei.
- d) Não se considera subcontratação a indicação de empresa especializada quando a CONTRATADA não for fabricante ou detentora do registro ANVISA, desde que expressamente prevista e autorizada no processo de contratação, com declaração do fabricante e certidões de responsabilidade técnica

- **19. CRITÉRIOS DE PRECIFICAÇÃO, FORMAÇÃO DE PREÇOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

A proposta comercial deverá contemplar, de forma clara, detalhada e segregada, os valores correspondentes à prestação dos serviços objeto desta contratação, observando os seguintes critérios:

**19.1 Precificação da Locação dos Equipamentos**

A licitante deverá apresentar o valor mensal unitário por equipamento, contemplando obrigatoriamente:

- Fornecimento do aparelho de oxigenoterapia de alto fluxo;
- Entrega e logística;
- Instalação completa nas unidades hospitalares;
- Testes de funcionamento e comissionamento;
- Treinamento operacional das equipes assistenciais;
- Manutenção preventiva e corretiva durante todo o período contratual;
- Substituição do equipamento em caso de falha;
- Todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto.

Nota: O valor da locação deverá ser fixo mensal, não podendo ser condicionado ao uso ou volume de pacientes.

**19.2. Precificação dos Insumos e Acessórios Descartáveis**

Os insumos e acessórios descartáveis deverão ser precificados de forma unitária e individualizada, em item específico da proposta (Anexo I-B), não podendo estar embutidos no valor da locação.

Deverão ser considerados, no mínimo:

- Cânulas nasais de alto fluxo (adulto, pediátrico, neonatal, se aplicável);
- Circuitos respiratórios;
- Umidificadores descartáveis;
- Filtros;
- Demais acessórios necessários ao funcionamento do sistema.

Cada item deverá conter:

- Descrição detalhada;

- Unidade de fornecimento (ex: unidade, kit);
- Valor unitário.

### **19.3. Forma de Pagamento dos Insumos**

O pagamento dos insumos e acessórios descartáveis será realizado de forma variável, conforme consumo mensal de cada unidade hospitalar, mediante:

- Apresentação de Nota Fiscal específica para insumos;
- Ateste pelo Fiscal do Contrato de cada unidade;
- Comprovação do quantitativo efetivamente utilizado no período.

### **19.4. Separação Obrigatória dos Custos**

A proposta deverá apresentar **duas naturezas distintas de cobrança**:

1. **Locação mensal do equipamento (valor fixo)**
2. **Consumo de insumos (valor variável conforme utilização)**

Não será aceita proposta que:

- Unifique os custos de locação e insumos;
- Apresente preços globais sem detalhamento;
- Impeça a rastreabilidade do consumo por unidade hospitalar.

### **19.5. Critério de Julgamento**

O julgamento das propostas poderá ser realizado com base no:

**Menor valor global estimado**, considerando:

- Valor mensal da locação × quantidade de equipamentos × período contratual;  
+
- Estimativa de consumo de insumos (base histórica ou projetada).

A Administração poderá solicitar planilha de composição de custos para verificação da exequibilidade da proposta, especialmente quanto aos valores de insumos e manutenção.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A Unidade Requisitante reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo e às custas do proponente, amostras, documentos, laudos comprobatórios, informações sobre os serviços ou atestados de vistoria expedidos por órgão oficial fiscalizador que comprovem a conformidade com as exigências da legislação pertinente e normas regulamentadoras.

Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou inconformidade técnica, a Contratada arcará com os custos de análise em laboratório acreditado pelo INMETRO ou REBLAS. Resultado desfavorável implica substituição do equipamento sem ônus à Contratante e comunicação à Vigilância Sanitária quando cabível.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90447/2026**

**PROCESSO : 6018.2025/0007715-4**

**TIPO : MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, fornecimento mensal de insumos e acessórios descartáveis e manutenção corretiva e preventiva durante todo o período contratual, para os hospitais municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo II deste Edital.

**ANEXO II – A - ACORDO DE  
NÍVEL DE SERVIÇO – (ANS)**

DADOS DO CONTRATO			
Contrato n.º:	Unidade:	Período:	Data:
_____	_____	_____	____/____/____
Contratada: _____			
Responsável pela Fiscalização: _____			
Gestor do Contrato: _____			

PERIODICIDADE – Quantidade de chamados atendidos no mês				
Critério	1 vez	2 vezes	3 vezes	Mais de 3
Quantidade de atendimentos realizados	( )	( )	( )	( )

DESEMPENHO PROFISSIONAL				
Critério	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Manutenção preventiva realizada a contento	( )	( )	( )	( )
Manutenção preventiva realizada no prazo	( )	( )	( )	( )
Manutenção corretiva em até 24h úteis (*)	( )	( )	( )	( )
Uniformes e identificação	( )	( )	( )	( )

*(\*) Preencher apenas quando houver ocorrido manutenção corretiva no período.*

**EQUIPAMENTOS – Funcionalidade dos equipamentos cobertos pelo contrato**

<b>Critério</b>	<b>Ótimo</b>	<b>Bom</b>	<b>Regular</b>	<b>Ruim</b>
Os equipamentos apresentam funcionalidade regular	( )	( )	( )	( )
Os acessórios apresentam funcionalidade regular	( )	( )	( )	( )
Limpeza e conservação do equipamento	( )	( )	( )	( )

**COMUNICAÇÃO – Facilidade de comunicação com a empresa**

<b>Critério</b>	<b>Ótimo</b>	<b>Bom</b>	<b>Regular</b>	<b>Ruim</b>
Telefones e e-mails de contato atualizados	( )	( )	( )	( )
Mantém diálogo frequente com a fiscalização	( )	( )	( )	( )
Comunicação clara e de fácil entendimento	( )	( )	( )	( )
Responde e-mails em tempo hábil	( )	( )	( )	( )

**RESULTADO FINAL E AJUSTE NO PAGAMENTO**

<b>RESULTADO</b>	<b>QTD (a)</b>	<b>EQUIVALÊNCIA (e)</b>	<b>PONTUAÇÃO (a × e)</b>	<b>FAIXA</b>	<b>PAGAMENTO</b>
ÓTIMO		× 90 =		≥ 80	100% Fatura
BOM		× 79,9 =		60 a 79,9	90% Fatura
REGULAR		× 59,9 =		45,1 a 59,9	80% Fatura
RUIM		× 45 =		< 45	70% Fatura

Assinaturas:

Representante da Empresa

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Responsável pela Fiscalização

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90447/2026**

**PROCESSO : 6018.2025/0007715-4**

**TIPO : MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, fornecimento mensal de insumos e acessórios descartáveis e manutenção corretiva e preventiva durante todo o período contratual, para os hospitais municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo II deste Edital.

### **ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS**

**Fls. 01/02**

#### **MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

##### **1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

- Razão Social: \_\_\_\_\_
- CNPJ: \_\_\_\_\_
- Endereço: \_\_\_\_\_
- Telefone: \_\_\_\_\_
- E-mail: \_\_\_\_\_
- Representante Legal: \_\_\_\_\_
- CPF: \_\_\_\_\_

##### **2. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

A empresa acima identificada apresenta sua proposta comercial para execução do objeto em referência, declarando que:

- Concorda integralmente com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- Tem pleno conhecimento das condições locais de execução dos serviços;
- Assume inteira responsabilidade pela execução contratual;
- Os preços ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto.

##### **3. VALORES PROPOSTOS**

###### **3.1. Locação dos Equipamentos (Valor Fixo Mensal)**

Conforme detalhado no **modelo de Planilha de Proposta Comercial**.

**Valor Total Mensal da Locação:** R\$ \_\_\_\_\_ ()

**Valor Total Anual da Locação (12 meses):** R\$ \_\_\_\_\_ ()

### 3.2. Insumos e Acessórios Descartáveis

Os insumos e acessórios descartáveis foram precificados de forma unitária e individualizada, conforme **modelo de Planilha de Proposta Comercial**.

**Valor Total Mensal Estimado dos Insumos:** R\$ \_\_\_\_\_

**Valor Total Anual Estimado dos Insumos:** R\$ \_\_\_\_\_

### 3.3. Valor Global da Proposta

**Valor Mensal Global (Locação + Insumos):**

R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

**Valor Global Anual Estimado (12 meses):**

R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Informamos que nesta proposta estão computados todos os custos (diretos e indiretos) inerentes à execução de todos os serviços exigidos, não cabendo posteriormente ao certame onerar esta Administração com custos para cumprimento dessas obrigações.

A validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de abertura do procedimento licitatório.

\* Preenchimento Obrigatório. Na 'descrição técnica detalhada', não copie a descrição do edital. Descreva exatamente as características do equipamento ofertado pela empresa.

## Planilha de Proposta Comercial

### 1. LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (VALOR FIXO MENSAL)

Item	Hospital	Quantidade de Equipamentos	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Mensal Total (R\$)
1	HMCC	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
2	HMACN	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
3	HMFMPR	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
4	HMARS	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
5	HMIPG	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
6	HMJSH	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX

Item	Hospital	Quantidade de Equipamentos	Valor Unitário Mensal (R\$)	Valor Mensal Total (R\$)
7	HMWP	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
8	HMTS	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
9	HMMD	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
10	HMAZ	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
11	HMBM	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX
12	HMEC	XX	R\$ XXXX,XX	R\$ XXXX,XX

**VALOR TOTAL MENSAL DA LOCAÇÃO: R\$ XXXX,XX**

**VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (12 meses): R\$ XXXX,XX**

## 2. INSUMOS E ACESSÓRIOS DESCARTÁVEIS

Item	Descrição do Insumo	Unidade de Fornecimento	Consumo Mensal Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal Estimado (R\$)
1	Circuito Respiratório Completo para Terapia de Alto Fluxo com fio aquecido e câmara	Unidade	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXXX,XX
2	Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho Prematuro	Unidade	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXXX,XX
3	Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho Neonatal	Unidade	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXXX,XX
4	Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho Pediátrico	Unidade	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXXX,XX
5	Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho P Adulto	Unidade	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXXX,XX
6	Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho M Adulto	Unidade	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXXX,XX
7	Cânula para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Tamanho G Adulto	Unidade	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXXX,XX

Item	Descrição do Insumo	Unidade de Fornecimento	Consumo Mensal Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal Estimado (R\$)
8	Interface para Terapia Respiratória de Alto Fluxo – Traqueostomia	Unidade	XXX	R\$ XX,XX	R\$ XXXX,XX

VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO – INSUMOS: R\$ XXXX,XX

VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO – INSUMOS: R\$ XXXX,XX

**1. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

Descrição	Valor (R\$)
Total mensal locação	R\$ XXXX,XX
Total mensal insumos (estimado)	R\$ XXXX,XX
TOTAL MENSAL GLOBAL	R\$ XXXX,XX
TOTAL ANUAL GLOBAL (12 meses)	R\$ XXXX,XX

Declara, ainda, especificamente, que por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, disporá dos elementos necessários para cumprimento do contrato. O serviço obedecerá às exigências preestabelecidas no Edital de Licitação.

Declara, outrossim, que por ser de seu conhecimento, se submete a todas as cláusulas e condições do Edital relativas à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Municipal n.º 13.278/02, Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas complementares.

O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, em nome do credor, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197 publicado no D.O.C. do dia 22 de janeiro de 2010, após o cumprimento mensal de todas as condições estabelecidas em Contrato.

Agência Banco do Brasil n.º: \_\_\_\_\_ Conta Corrente n.º: \_\_\_\_\_

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal)

RG:

Cargo:

**ATENÇÃO:** A Proponente deverá anexar a sua Proposta Comercial a “**descrição técnica detalhada de todos os produtos ofertados**”. Não deve ser copiado a descrição do Termo de Referência, ou seja, a Proponente deverá descrever exatamente as características dos produtos por ela ofertados.

**ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS**

**Fls. 02/02**

**DAS DECLARAÇÕES:**

01. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
02. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

**São Paulo,                      de**

**de 20...**

\_\_\_\_\_  
(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90447/2026**

**PROCESSO : 6018.2025/0007715-4**

**TIPO : MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, fornecimento mensal de insumos e acessórios descartáveis e manutenção corretiva e preventiva durante todo o período contratual, para os hospitais municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.

**ANEXO IV**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de \_\_\_\_\_ de 20...

---

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90447/2026**

**PROCESSO: 6018.2025/0007715-4**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, fornecimento mensal de insumos e acessórios descartáveis e manutenção corretiva e preventiva durante todo o período contratual, para os hospitais municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo II deste Edital.**

**ANEXO V**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_,  
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_,  
portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_  
DECLARA:

- 1)** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2)** que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3)** que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4)** que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);

- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90447/2026**

**PROCESSO : 6018.2025/0007715-4**

**TIPO : MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, fornecimento mensal de insumos e acessórios descartáveis e manutenção corretiva e preventiva durante todo o período contratual, para os hospitais municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.

**ANEXO VI**

**CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA  
(BALANÇO PATRIMONIAL)**

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG):} \quad \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90447/2026**

**PROCESSO : 6018.2025/0007715-4**

**TIPO : MENOR PREÇO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em locação de APARELHO PARA OXIGENOTERAPIA DE ALTO FLUXO, contemplando entrega, instalação, teste de funcionamento, treinamento operacional, fornecimento mensal de insumos e acessórios descartáveis e manutenção corretiva e preventiva durante todo o período contratual, para os hospitais municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.

**ANEXO VII - TERMO DE RECEBIMENTO DO EQUIPAMENTO**

**1. Identificação do Contrato**

N.º do Contrato:	Processo SEI:
_____	_____
Empresa CONTRATADA: _____ CNPJ: _____	
Tel.: _____ E-mail: _____	

**2. Identificação do Equipamento**

Marca: _____	Modelo: _____	N.º de Série: _____
Registro ANVISA: _____	Ano de Fabricação: _____	Capacidade (litros): _____
Tensão de Alimentação: _____		

**3. Dados da Entrega e Instalação**

Data de Entrega: _____	Horário: _____	Local de Instalação: _____
Data de Instalação: _____	OF n.º: _____	Data emissão OF: _____

**4. Verificação das Condições de Entrega**

- ✓ Embalagem em boas condições, sem sinais de violação ou avaria;
- ✓ Equipamento acompanhado de manual de operação em português;
- ✓ Número de série e placa de identificação visíveis e compatíveis com a documentação;
- ✓ Equipamento entregue com todos os acessórios previstos

- ✓ Testes de funcionamento realizados e aprovados na instalação;
- ✓ Relatório de testes de funcionamento entregue;
- ✓ Resíduos e embalagens removidos do local de instalação.

**5. Resultado do Recebimento**

( )	<b>RECEBIMENTO PROVISÓRIO</b> – Equipamento entregue e instalado; sujeito à verificação de conformidade.
( )	<b>RECEBIMENTO DEFINITIVO</b> – Após conclusão das qualificações QI, QO e QD, treinamento operacional.
( )	<b>RECUSA DO RECEBIMENTO</b> – Motivo: _____ Prazo para regularização: _____ dias, vencendo em: ____/____/____

**6. Observações**

\_\_\_\_\_

**7. Assinaturas**

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Representante da CONTRATADA  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

Responsável pelo Recebimento – HMEC  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_